

Liderança Capitalização S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias e do parecer dos auditores atuariais independentes.

A Empresa encerrou o primeiro semestre de 2017 com ativos totais no montante de R\$ 986.206 mil (R\$ 980.878 mil em 31 de dezembro de 2016), receita bruta de R\$ 223.421 mil (R\$ 185.619 mil em 30 de junho de 2016) e lucro líquido de R\$ 18.297 mil (R\$ 22.421 mil em 30 de junho de 2016).

Operações de Capitalização

Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras classificadas nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15.

Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidas por aplicações financeiras e imóveis próprios, conforme quadro demonstrativo a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
1 - Provisões técnicas	603.921	598.737
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	660.599	638.469
3 - Imóveis	684	684
4 - Excesso de cobertura (3+2-1)	57.362	40.416
5 - Aplicações financeiras livres	13.308	4.295
6 - Aplicações financeiras totais (2+5)	673.907	642.764

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante de R\$ 20.000 mil de dividendos de exercícios anteriores, conforme estabelecido no estatuto social, que foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21-e.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

Seguindo o modelo estratégico de sucesso iniciado em 2015 conseguimos evoluir em nível de redes sociais, investindo de forma planejada. Além das plataformas voltadas ao público jovem, bem como *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, reativamos o nosso canal *Twitter* e passamos a interagir em tempo real com os nossos potenciais consumidores, por meio da ferramenta *Periscope*, que transmite ao vivo qualquer conteúdo, geralmente focado nos artistas das campanhas. Tal esforço em adequar a nossa marca às novas tendências e rejuvenescer o nosso público, nos rendeu recentemente, um prêmio internacional dedicado às marcas que criam engajamentos nas redes sociais. Este prêmio foi conquistado na categoria “*Best Use of Social Media Tool*”. O *Shorty Awards* de Nova York é considerado o *Oscar* das redes sociais.

Além de disponibilizar esses canais de interação e engajamento com o público jovem, temos o cuidado de manter uma relação fiel e construtiva com o nosso público de maior idade. Estamos repaginando o nosso *site* para que fique mais inteligível a este público e, em nossas campanhas, enfatizamos sempre a característica do nosso produto, que é levar entretenimento e prêmios a todos os públicos, desde os mais jovens aos mais experientes. Outras ações também foram criadas para incrementar o *mix* de comunicação, como a Promoção Cadastro Premiado da Tele Sena, que está sendo massivamente divulgada e visa estimular o cadastramento dos títulos. Dois dias após a veiculação da informação na TV o número de cadastramentos chegou a quase 40 mil adesões. O consumidor é estimulado a participar da promoção para concorrer a prêmios como *Smartphones* de última geração, além de TVs 4K de 49”. Isso também vai permitir que tenhamos acesso irrestrito aos dados de consumidores para otimizar pesquisas de opinião, melhorias no produto e ações de marketing segmentadas.

Além do sucesso do produto Tele Sena, a Empresa iniciou, no segundo semestre de 2016, operações no seguimento de Planos de Incentivo. A Administração vem se



Liderança Capitalização S/A
Rua Jaceguai, 400
01315-901 – Bela Vista – São Paulo – SP
Tel. (11) 3188-9710
www.telesena.com.br

empenhando para consolidar sua atuação neste seguimento de mercado.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e aos Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras

individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		716.028	691.211	Circulante		631.927	622.050
Disponível		1.329	145	Contas a pagar		23.345	18.486
Caixa e bancos	4	1.329	145	Obrigações a pagar	14	15.844	13.138
Aplicações	5	673.907	642.764	Impostos e encargos sociais a recolher		1.998	2.519
Créditos das operações de capitalização		32.914	33.794	Encargos trabalhistas		3.035	2.376
Créditos das operações de capitalização	6	32.914	33.794	Impostos e contribuições		2.268	202
Títulos e créditos a receber		4.998	11.290	Outras contas a pagar		200	251
Títulos e créditos a receber	7	3.265	7.834	Débitos de operações com capitalização	15	4.657	4.816
Créditos tributários e previdenciários	8	-	3.139	Débitos operacionais		4.657	4.816
Outros créditos	9	1.733	317	Depósitos de terceiros		4	11
Despesas antecipadas	10	2.880	3.218	Provisões técnicas - Capitalização	16	603.921	598.737
Ativo não circulante		270.178	289.667	Provisão para resgates		550.805	543.213
Realizável a longo prazo		189.607	208.930	Provisão para sorteio		34.200	33.887
Títulos e créditos a receber		105.150	113.934	Provisão administrativa		18.916	21.637
Créditos tributários e previdenciários	8	68.148	77.315	Passivo não circulante		32.276	34.885
Depósitos judiciais e fiscais	18	37.002	36.619	Contas a pagar		51	245
Outros valores e bens	11	84.457	94.996	Tributos diferidos		51	245
Investimentos	12	71.590	71.590	Outros débitos		32.214	34.581
Participações societárias		3.033	3.033	Provisões judiciais	17	32.214	34.581
Imóveis destinados à renda		68.557	68.557	Débitos diversos		11	59
Imobilizado	13	8.059	8.161	Patrimônio líquido	18	322.003	323.943
Imóveis de uso próprio		5.798	5.798	Capital social		273.323	273.323
Bens móveis		1.527	853	Reservas de capital		557	557
Outras imobilizações		734	1.510	Reservas de lucros		29.763	49.763
Intangível	13	922	986	Ajustes com títulos e valores mobiliários		63	300
Outros intangíveis		922	986	Lucros acumulados		18.297	-
		986.206	980.878			986.206	980.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Receita líquida com títulos de capitalização		110.559	92.023
Arrecadação com títulos de capitalização		223.421	185.619
Variação da provisão para resgate		(112.862)	(93.596)
Variação das provisões técnicas	16	2.721	2.049
Resultado com sorteios	19-a	(17.126)	(9.325)
Custos de aquisição	19-b	(95.922)	(85.089)
Outras receitas e despesas operacionais	19-c	18.313	17.668
Outras receitas operacionais		19.086	18.005
Outras despesas operacionais		(773)	(337)
Despesas administrativas		(28.460)	(29.469)
Pessoal próprio		(15.037)	(13.143)
Serviços de terceiros		(5.677)	(12.388)
Localização e funcionamento		(3.118)	(2.876)
Publicidade e propaganda		(936)	(25)
Publicações		(144)	(140)
Donativos e contribuições		(58)	(16)
Despesas administrativas diversas	19-d	(3.490)	(881)
Despesas com tributos	19-e	(6.019)	(5.801)
Resultado financeiro		42.311	40.749
Receitas financeiras	19-f	48.951	48.064
Despesas financeiras	19-g	(6.640)	(7.315)
Resultado patrimonial		1.450	1.388
Receitas com imóveis de renda		1.450	1.374
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		-	19
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		-	(5)
Resultado operacional		27.827	24.193
Ganhos e perdas com ativos não correntes	19-h	5.825	8.715
Resultado antes de impostos e participações		33.652	32.908
Imposto de renda	20	(8.765)	(5.962)
Contribuição social	20	(6.590)	(4.525)
Lucro líquido do semestre		18.297	22.421
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		59,24	72,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Lucro líquido do semestre		<u>18.297</u>	<u>22.421</u>
Resultados abrangentes		(237)	196
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		(430)	358
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes		193	(162)
Resultado abrangente total		<u><u>18.060</u></u>	<u><u>22.617</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas				Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	De capital	Legal	De lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	273.323	557	18.391	20.081	24	-	312.376
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	196	-	196
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	22.421	22.421
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	(1.089)	-	(11.765)	(12.854)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(11.765)	(11.765)
Dividendos	-	-	-	(1.089)	-	-	(1.089)
Saldos em 30 de junho de 2016	273.323	557	18.391	18.992	220	10.656	322.139
Saldos em 31 de dezembro de 2016	273.323	557	20.288	29.475	300	-	323.943
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(237)	-	(237)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	18.297	18.297
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Dividendos	-	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Saldos em 30 de junho de 2017	273.323	557	20.288	9.475	63	18.297	322.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2017	2016
Lucro líquido do semestre	18.297	22.421
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	419	271
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	1	85
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(12)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(14)
Variação das provisões técnicas	127.194	100.818
Outros ajustes	(237)	203
Lucro líquido ajustado	145.662	123.784
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros		
I - Valor justo por meio do resultado	(3.147)	(489)
II - Disponíveis para venda	(28.049)	(19.789)
III - Mantidos até o vencimento	53	(5)
Créditos das operações de capitalização	879	11.399
Créditos fiscais e previdenciários	12.306	5.853
Depósitos judiciais e fiscais	(383)	(2.735)
Despesas antecipadas	338	(63)
Outros ativos	13.692	(4.817)
Fornecedores	3.176	3.045
Impostos e contribuições	4.184	3.777
Outras contas a pagar	(56)	(1.552)
Débitos de operações com capitalização	(159)	(1.858)
Depósitos de terceiros	(7)	-
Provisões técnicas - capitalização	(122.010)	(106.166)
Provisões judiciais	(2.367)	789
Outros passivos	(48)	(5.316)
Caixa gerado nas operações	24.064	5.857
Impostos sobre lucros pagos	(2.639)	(4.337)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.425	1.520
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Investimentos	11	-
Imobilizado	1	-
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(120)	(79)
Intangível	(133)	(96)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(241)	(175)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(20.000)	(1.274)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(20.000)	(1.274)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.184	71
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	145	98
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.329	169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo-SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de operadores logísticos em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. A Empresa também opera no seguimento de Planos de Incentivo. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel.

Composição acionária

Acionista	Silvio Santos Participações S.A.		Liderança Capitalização S.A.	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	308.839	99,9997%
Senor Abravanel	4.467.525.828	97,7702%	-	-
Henrique Abravanel	101.887.137	2,2298%	1	0,0003%
Total	4.569.412.965	100,00%	308.840	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações intermediária.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias pela Diretoria foi realizada em 22 de agosto de 2017.

a. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Outros valores e bens mensurados a valor presente.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

- Nota 5 - Aplicações financeiras
- Nota 6-a - Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 - Créditos tributários
- Nota 11 - Outros valores e bens
- Nota 16 - Provisões técnicas
- Nota 17 - Provisões judiciais

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e compreendem os saldos registrados na rubrica “caixa e bancos”.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os “Créditos das operações com capitalização”, decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de

remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos operadores logísticos durante o seu período de comercialização.

No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros valores e bens

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Quando aplicável, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente (vide Nota Explicativa nº 21-e).

g. Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas.

Imóveis destinados à renda

Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação de pagamento parcial da dívida, conforme Nota Explicativa nº 21-e, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 12.

h. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

Bens móveis	5 a 10 anos
Outras imobilizações	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

i. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do semestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 (no semestre) para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no semestre findo em 30 de junho de 2017, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e

contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

k. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

l. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, e, de percentuais variáveis para os Planos de Incentivo, de acordo com suas respectivas condições gerais, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao mês, com prazo de vencimento de um ano.

A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.

- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e nos Planos de Incentivo e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena” e dos Planos de Incentivo, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “provisões administrativas”.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	98	93
Bancos	1.231	52
	<u>1.329</u>	<u>145</u>

5 Aplicações financeiras

	2017					2016			
	Custo atualizado	Sem vencimento	01 a 90 dias	Acima de 365 dias	Ajuste a valor de mercado	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
I - Valor justo por meio do resultado	60.090	60.090	-	-	-	60.090	8,92%	56.943	8,86%
Fundos de renda fixa abertos	60.090	60.090	-	-	-	60.090		56.943	
II - Disponíveis para venda	603.855	(114)	303.160	300.695	(114)	603.627	89,57%	575.578	89,55%
Fundos exclusivos de títulos públicos	603.855	(114)	303.160	300.695	(114)	603.627		574.497	
LFT - Letras financeiras do tesouro	294.414	-	-	294.414	(199)	294.215		274.669	
LTN - Letras do tesouro nacional	5.526	-	-	5.526	71	5.597		-	
NTN - Notas do tesouro nacional	755	-	-	755	14	769		-	
Operações compromissadas (*)	303.160	-	303.160	-	-	303.160		299.924	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(114)	-	-	-	(114)		(96)	
CDB - Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-		1.081	
III - Mantidos até o vencimento	10.190	-	10.190	-	-	10.190	1,51%	10.243	1,59%
CDB - Certificados de depósitos bancários	10.190	-	10.190	-	-	10.190		10.243	
Total	674.135	59.976	313.350	300.695	(114)	673.907	100,00%	642.764	100,00%

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Alocação por Administrador/Instituição Financeira

Fundos de renda fixa abertos	2017	2016
Caixa Econômica Federal	60.090	56.943
	60.090	56.943
Fundos exclusivos de títulos públicos	2016	2015
Caixa Econômica Federal	198.432	188.036
Banco Bradesco S.A.	291.532	335.037
Banco do Brasil S.A.	113.663	51.424
	603.627	574.497
CDB - Certificados de depósitos bancários (*)	2016	2015
Caixa Econômica Federal	10.190	11.324
	10.190	11.324

(*) A taxa de juros contratada para CDB - Certificados de depósitos bancários é equivalente a 99,25% do CDI.

Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	Saldos				Ajuste a	
	em 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	Saldos em 30/06/2017
Fundos de renda fixa abertos	56.943	-	-	3.147	-	60.090
Fundos exclusivos de títulos públicos	574.497	114.940	(118.178)	32.798	(430)	603.627
CDB - Certificados de depósitos bancários	11.324	20.032	(21.719)	553	-	10.190
Total	642.764	134.972	(139.897)	36.498	(430)	673.907

	Saldos				Ajuste a	
	em 2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	Saldos em 30/06/2016
Fundos de renda fixa abertos	53.879	-	(2.995)	3.484	-	54.368
Fundos exclusivos de títulos públicos	532.541	53.924	(68.212)	33.719	358	552.330
CDB - Certificados de depósitos bancários	5.120	10.000	(10.327)	332	-	5.125
Total	591.540	63.924	(81.534)	37.535	358	611.823

Rentabilidade da carteira

Em 30 de junho de 2017, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos totalizou R\$ 36.498 e R\$ 430 de ajuste a valor de mercado negativo, (R\$ 37.535 e R\$ 358 de ajuste a valor de mercado positivo em 2016). Essa rentabilidade representa 99,50% (97,23% em 2016) do CDI que foi de 5,64%, acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2017 (6,72% em 2016).

Instrumentos financeiros - Derivativos

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 30 de junho de 2017, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente.

Contrato	Posição	Vencimento	Quantidade	Ajuste a	
				Valor de mercado	receber/ (pagar)
Futuro - DI1 F19	Comprada	02/01/2019	93,00	8.188	9
Futuro - DI1 F20	Vendida	02/01/2020	(5,00)	(398)	(1)

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2** - *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo financeiro						
Valor justo por meio do resultado	-	60.090	60.090	-	56.943	56.943
Disponíveis para venda	603.627	-	603.627	575.578	-	575.578
Mantidos até o vencimento	-	10.190	10.190	-	10.243	10.243
Total	603.627	70.280	673.907	575.578	67.186	642.764

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas

As aplicações financeiras e ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 30 de junho de 2017 e 2016 estão representadas pelo quadro abaixo:

	2017	2016
Ativos garantidores vinculadas à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	650.409	628.226
Certificados de depósitos bancários	10.190	10.243
Imóveis	684	684
Total vinculado	661.283	639.153
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	13.308	3.214
Certificados de depósitos bancários	-	1.081
Total de aplicações livres	13.308	4.295
Total	674.591	643.448
Provisões técnicas (Nota 16)	603.921	598.737
Aplicações financeiras - Recursos livres	70.670	44.711
Excesso de cobertura	57.362	40.416
Aplicações financeiras livres	13.308	4.295

6 Créditos das operações de capitalização

a. Créditos a receber de operadores logísticos por vencimento

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer		
De 1 a 60 dias	27.911	29.240
Vencidos		
De 1 a 60 dias	1.323	62
Acima de 60 dias	51	50
(-) Provisão para perdas	(51)	(50)
	<u>29.234</u>	<u>29.302</u>
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	2.902	3.701
Prêmios - pagamentos em trânsito	154	553
Resgates a confirmar	624	238
	<u>3.680</u>	<u>4.492</u>
	<u>32.914</u>	<u>33.794</u>

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldos no início do semestre	<u>33.794</u>	<u>37.435</u>
Arrecadação com títulos de capitalização	223.421	185.619
Brindes e furtos	(184)	(192)
Eventos diversos	(227)	(81)
Recebimentos	(223.839)	(196.745)
Provisão para perdas	(51)	(85)
Saldos no final do semestre	<u>32.914</u>	<u>25.951</u>

7 Títulos e créditos a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de capitalização a receber	7.296	7.296
Antecipações de resgates	3.005	7.581
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.281)	(7.281)
Aluguéis a receber	238	231
Outras	7	7
	<u>3.265</u>	<u>7.834</u>

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2017	2016
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	-	2.333
Créditos de contribuição social a compensar	-	806
	-	3.139
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	6.181	10.055
Contribuição social	4.119	6.720
	10.300	16.775
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	35.203	36.698
Contribuição social	22.645	23.842
	57.848	60.540
	68.148	77.315

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 17) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Nota 21-e). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2017			2016		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
PIS	6.540	1.635	981	6.428	1.607	964
Processos cíveis	6.683	1.671	1.100	9.198	2.300	1.380
Processos trabalhistas	1.168	292	230	3.320	830	654
AVP - Ajuste a valor presente	10.333	2.583	1.808	21.271	5.318	3.722
	24.724	6.181	4.119	40.217	10.055	6.720

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Créditos tributários			%
	Base dos créditos tributários	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	
2017	3.574	894	715	14,45%
2018	4.637	1.159	927	18,76%
2019	2.677	669	402	10,83%
2020	2.668	667	400	10,79%
2022	11.168	2.792	1.675	45,17%
Total	24.724	6.181	4.119	100,00%

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 140.809 (R\$ 146.793 em 31 de dezembro de 2016) e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 57.848 (R\$ 60.540 em 31 de dezembro de 2016). A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Projetado			%
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	
2017	8.662	2.166	1.733	6,16%
2018	12.927	3.232	2.585	9,18%
2019	14.522	3.630	2.178	10,31%
2020	13.371	3.343	2.006	9,50%
2021	15.636	3.909	2.345	11,10%
2022	17.164	4.291	2.575	12,19%
2023	22.076	5.519	3.311	15,68%
2024	24.480	6.120	3.672	17,39%
2025	11.971	2.993	2.240	8,49%
Total	140.809	35.203	22.645	100,00%

Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o semestre findo em 30 de junho de 2017 totalizaram R\$ 27.819 (R\$ 21.835 até 31 de dezembro de 2016), os quais, comparados aos valores projetados, representam seus respectivos 79,57% conforme apresentado abaixo:

**Prejuízo fiscal e base negativa
da contribuição social**

Período	Projetado	Realizado	%
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	7.038	5.984	85,02%
Total	34.960	27.819	79,57%

9 Outros créditos

	2017	2016
Adiantamentos a funcionários	774	206
Adiantamentos a fornecedores	221	111
Outros adiantamentos	738	-
	1.733	317

10 Despesas antecipadas

	2017	2016
Prestação de serviços a apropriar	1.892	1.718
Outras	988	1.500
	2.880	3.218

11 Outros valores e bens

	2017	2016
Alienação de investimentos Banco Panamericano S.A. (Nota 21-e)	84.457	94.996
	84.457	94.996

12 Investimentos

	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados a renda	Total 2017	Total 2016
Total de ativos	34.051	-		
Total de passivos	12.544	-		
Capital social	25.030	-		
Patrimônio líquido	21.507	-		
Número de quotas possuídas	3.530.220	-		
Participação societária	14,10%	-		
Saldo dos investimentos no início do semestre	3.033	68.557	71.590	71.744
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	14
Baixa de investimentos	-	-	-	(168)
Saldo dos investimentos no final do semestre	3.033	68.557	71.590	71.590

Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota Explicativa 21-e, um imóvel avaliado em R\$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento.

Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R\$ 1.021 no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 957 em 2016).

Em linha com o CPC nº 28, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 4 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara, 160 - RJ, destinadas à locação.

Em 30 de junho de 2016, os sócios da investida Lider Art's Comunicação Ltda., decidiram por encerrar as atividades da empresa, conforme Distrato Social de Sociedade Empresária Limitada, assinado na mesma data. Os valores apurados no balanço de encerramento foram pagos aos sócios em 4 de julho de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Sócio

Liderança Capitalização S.A.	161
Silvio Santos Participações S.A.	<u>1</u>
	<u>162</u>

13 Imobilizado e intangível

					<u>Totais</u>	
	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	2017	2016
Saldo no início do semestre						
Custo	17.960	6.381	1.814	1.896	28.051	26.715
(-) Depreciação acumulada	(12.162)	(5.528)	(304)	(910)	(18.904)	(18.441)
Saldo contábil líquido	5.798	853	1.510	986	9.147	8.274
Aquisições	-	70	50	133	253	175
Baixas/transferências	-	805	(805)	-	-	-
(-) Depreciação	-	(201)	(21)	(197)	(419)	(271)
Saldo contábil líquido no final do semestre	5.798	1.527	734	922	8.981	8.178
Taxas anuais de depreciação	4%	10% a 20%	4%	20% a 33,33%		

- (a) Os montantes registrados na rubrica “Outras imobilizações” referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.
- (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, linhas telefônicas, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para Empresa.

14 Obrigações a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	13.211	9.027
Participação sobre resultados a pagar	2.516	2.987
Promoções a pagar	-	1.040
Outras	117	84
	15.844	13.138

15 Débitos de operações com capitalização

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões sobre venda de títulos	4.657	4.816
	4.657	4.816

16 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foram:

	Provisão					2017	2016
	Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios realizar	Para sorteios a pagar	Para despesas administrativas		
Saldos no início do semestre	228.044	315.169	5.905	27.982	21.637	598.737	551.605
Constituições	176.487	-	29.104	2.184	263	208.038	170.716
Reativações	-	810	-	1	-	811	791
Cancelamentos	(64.435)	-	(8.614)	(3.892)	-	(76.941)	(61.018)
Atualização monetária e juros	2.130	1.732	188	141	-	4.191	5.910
Pagamentos de resgates e sorteios	(9)	(91.327)	-	(16.124)	-	(107.460)	(93.975)
Prescrições	-	(17.750)	-	(945)	-	(18.695)	(17.977)
Reversões	-	(46)	(371)	(1.359)	(2.984)	(4.760)	(9.795)
Transferências	(111.749)	111.749	(23.240)	23.240	-	-	-
Saldos no final do semestre	230.468	320.337	2.972	31.228	18.916	603.921	546.257

17 Provisões judiciais

	Provisões judiciais				Saldos em 30/06/2017	Depósitos judiciais				Saldos em 30/06/2017
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Atualização monetária		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Atualização monetária	
PIS (a)	6.796	-	-	112	6.908	-	-	-	-	-
COFINS (a)	-	-	-	-	-	8.242	-	(68)	230	8.404
Contribuição social (b)	15.267	1.535	-	653	17.455	26.075	1.214	-	1.111	28.400
Trabalhista (c)	3.320	665	(2.888)	71	1.168	435	25	(393)	-	67
Cíveis (d)	9.198	132	(2.771)	124	6.683	1.867	18	(1.765)	11	131
Total	34.581	2.332	(5.659)	960	32.214	36.619	1.257	(2.226)	1.352	37.002

	Provisões judiciais				Saldos em 30/06/2016	Depósitos judiciais				Saldos em 30/06/2016
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualização monetária		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualização monetária	
PIS (a)	6.543	-	-	125	6.668	-	-	-	-	-
COFINS (a)	-	-	-	-	-	7.721	-	-	258	7.979
Contribuição social (b)	12.142	1.187	-	606	13.935	20.977	1.629	-	1.068	23.674
Trabalhista (c)	4.754	-	(1.877)	178	3.055	608	4	(133)	(1)	478
Cíveis (d)	8.948	161	(87)	496	9.518	1.867	82	(216)	44	1.777
Total	32.387	1.348	(1.964)	1.405	33.176	31.173	1.715	(349)	1.369	33.908

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2017				2016			
	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais (*)	-	24.363	-	24.363	-	20.603	-	20.603
Trabalhistas	1.168	22.834	-	24.002	3.055	87.200	-	90.255
Cíveis	6.683	2.130	2.241	11.054	9.518	11.243	20.600	41.361
Total	7.851	49.327	2.241	59.419	12.573	119.046	20.600	152.219

(*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais.

a. PIS

A Empresa ingressou com Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, processo nº 98.0040015-0 (nº novo 0040015-93.1998.4.03.6100), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível.

b. Contribuição social

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramita na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

c. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica “Provisões judiciais” classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

d. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Imposto sobre serviços

O Município do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização “Tele Sena” é uma forma de loteria, vinha autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor atualizado destas autuações, até 29 de fevereiro de 2016, montava R\$ 104.514 (R\$ 102.395 em 31 de dezembro de 2015). A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreendia o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Como foi previsto pelos advogados, o recurso extraordinário movido pelo Município do Rio de Janeiro perante o Supremo Tribunal Federal

não foi acatado, tendo transitado em julgado a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que julgou procedente o mandado de segurança, anulando a autuação fiscal e encerrando a pendência relativa a cobrança do ISS no Município do Rio de Janeiro. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração. Com a extinção do processo, foram pagos honorários de êxito no montante de R\$ 5.271 em 2016.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323.

b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante de R\$ 20.000 de dividendos de exercícios anteriores, conforme estabelecido no estatuto social, que foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21-e. Comparativamente, durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante de R\$ 1.089 de dividendos do exercício de 2015 e o montante bruto de R\$ 11.765 de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 1.765 de imposto retido na fonte, represente o montante líquido de R\$ 10.000, pagos antecipadamente, conforme estabelecido no estatuto social.

c. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Resultado com sorteios

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições	(31.288)	(22.482)
Reativações	(1)	(5)
Cancelamentos	12.506	6.828
Reversões	1.730	6.388
Despesas com títulos sorteados	(73)	(54)
	<u>(17.126)</u>	<u>(9.325)</u>

b. Custos de aquisição

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Corretagem	(37.779)	(33.581)
Despesas de vendas	(9.114)	(8.953)
Publicidade e propaganda	(49.029)	(42.555)
	<u>(95.922)</u>	<u>(85.089)</u>

c. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas com prescrição de exigibilidades (Nota 16)	18.695	17.977
Outras receitas com operação de capitalização	391	28
Perdas na recuperação de créditos	(378)	(85)
Furtos de Tele Senas	(129)	(141)
Outras despesas	(266)	(111)
	<u>18.313</u>	<u>17.668</u>

d. Despesas administrativas diversas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Condenações judiciais	(2.087)	(436)
Encargos de sucumbência	(57)	-
Provisão de contingências judiciais cíveis (Nota 17)	(132)	(161)
Provisão de contingências judiciais trabalhistas (Nota 17)	(665)	-
Multas e infrações	(215)	(89)
Despesas não detutíveis	(311)	(167)
Despesas diversas	(23)	(28)
	<u>(3.490)</u>	<u>(881)</u>

e. Despesas com tributos

	2017	2016
COFINS	(4.747)	(4.515)
PIS	(771)	(734)
Outros	(501)	(552)
	(6.019)	(5.801)

f. Receitas financeiras

	2017	2016
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	3.147	3.485
Disponíveis para venda	32.797	33.718
Mantidos até o vencimento	554	332
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente (Nota 21-e)	-	6.415
Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste a valor presente (Nota 21-e)	10.938	2.474
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 17)	1.352	1.369
Outras	163	271
	48.951	48.064

g. Despesas financeiras

	2017	2016
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 16)	(4.191)	(5.910)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 17)	(960)	(1.405)
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente (Nota 21-e)	(1.477)	-
Outras	(12)	-
	(6.640)	(7.315)

h. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2017	2016
Reversão de provisões judiciais fiscais (Nota 17-e)	-	5.271
Reversão de provisões judiciais cíveis	2.771	87
Reversão de provisões judiciais trabalhistas	2.888	1.877
Reversão de provisões operacionais	(74)	1.010
Outros ganhos	240	470
	5.825	8.715

20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim demonstrados:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações	33.652	33.652	32.908	32.908
(-) Juros sobre o capital próprio	-	-	11.765	11.765
Lucro base	33.652	33.652	44.673	44.673
Adições	2.893	2.893	3.865	3.865
Equivalência patrimonial (Nota 12)	-	-	5	5
Provisão para contingências	1.758	1.758	1.651	1.651
Multas indedutíveis	215	215	27	27
Outras	920	920	2.182	2.182
Exclusões	(16.598)	(16.598)	(9.600)	(9.600)
Equivalência patrimonial (Nota 12)	-	-	(19)	(19)
Reversão de provisão para contingências	(5.660)	(5.660)	(7.107)	(7.107)
AVP - Ajuste a valor presente (Nota 19-f)	(10.938)	(10.938)	(2.474)	(2.474)
Lucro fiscal antes das compensações	19.947	19.947	38.938	38.938
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(5.984)	(5.984)	(4.623)	(4.623)
Base de cálculo	13.963	13.963	34.315	34.315
Tributos correntes (IR/CS)	(3.479)	(2.793)	(2.684)	(2.158)
Incentivos fiscais dedução	84	-	65	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.496)	(1.196)	(1.156)	(924)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(3.874)	(2.601)	(2.187)	(1.443)
Total de tributos	(8.765)	(6.590)	(5.962)	(4.525)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	26,05%	19,58%	18,12%	13,75%

Conciliação dos impostos às alíquotas oficiais incidentes sobre o resultado contábil:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de impostos e participações	33.652	33.652	32.908	32.908
Alíquotas oficiais	25%	20%	25%	20%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(8.413)	(6.730)	(8.227)	(6.582)
Ajustes dos encargos às alíquotas oficiais:				
Despesas não dedutíveis liquidas de receitas não tributáveis	3.426	2.742	1.434	1.148
Compensação de prejuízos fiscais	1.496	1.196	1.156	924
Ajuste da alíquota adicional do IR	12	-	12	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	2.941	2.353
Incentivos fiscais	84	-	65	-
Impostos diferidos	(5.370)	(3.798)	(3.343)	(2.368)
Total dos tributos	(8.765)	(6.590)	(5.962)	(4.525)

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, produziu um efeito desfavorável de R\$ 1.772 (R\$ 1.207 em 30 de junho de 2016) no resultado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos tributários		
Sobre diferenças temporárias	(775)	(437)
Sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	(299)	(231)
Tributos correntes		-
Contribuição social	(698)	(539)
	<u>(1.772)</u>	<u>(1.207)</u>

21 Transações com partes relacionadas

	<u>Ativos/(Passivos)</u>		<u>Receitas/(Despesas)</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i)	2.586	(1.882)	(13.116)	(11.504)
Imagem e voz (a-ii)	5.381	(4.301)	(24.391)	(20.474)
Custos de aquisição	7.967	(6.183)	(37.507)	(31.978)
Serviços compartilhados	(102)	(66)	(493)	(389)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(102)	(66)	(493)	(389)
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	171	166	1.021	957
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	2	13	12
SISAN Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7	7	37	45
Receitas de aluguel (c)	180	175	1.071	1.014
Silvio Santos Participações S.A.	84.457	94.996	9.461	8.889
Outros valores e bens (e)	84.457	94.996	9.461	8.889
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(20)	(178)	-	-
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(144)	-	-
Outras contas a pagar	(26)	(322)	-	-

- a. Custos de aquisição:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- (i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
 - (ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.
- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".
- d. Remuneração do pessoal chave da administração:** O pessoal chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 197 (R\$ 175 em 30 de junho de 2016).

- e. **Outras informações:** Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O ajuste a valor presente foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 12).

Em 31 de agosto de 2014, a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R\$ 119.424. Em 24 de setembro de 2014, amortizou parte da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 13.000. Em 30 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados dos exercícios de 2014 e 2015, no montante de R\$ 52.000 e R\$ 23.200, respectivamente. Ainda em 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de juros sobre o capital próprio antecipados do exercício de 2015 no montante líquido de R\$ 6.800. Em 31 de março de 2017 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos de exercícios anteriores, no montante de R\$ 20.000.

O saldo remanescente com vencimento para liquidação em 31 de agosto de 2020 está atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função destas amortizações a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir das datas de cada amortização. O saldo atualizado e ajustado a valor presente totaliza R\$ 84.457 em 30 de junho de 2017 (R\$ 94.996 em 31 de dezembro de 2016).

Estes registros encontram-se classificados à rubrica “Outros valores e bens” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do semestre	94.996	82.146
Atualização monetária e AVP (Nota 19-f)	9.461	8.889
Distribuição de dividendos	(20.000)	-
Saldo no final do semestre	84.457	91.035

22 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência

privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2017, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 366 (R\$ 340 em 30 de junho de 2016).

23 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- (1) **Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- (2) **Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Silvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- (3) **Comitê de recursos humanos**, que propõe, examina e acompanha todos os planos, políticas, práticas e processos estratégicos e operacionais relativos aos assuntos de Recursos Humanos das empresas do Grupo Silvio Santos. Aponta diretrizes e premissas que orientam os orçamentos das empresas do Grupo Silvio Santos para o desenvolvimento e aprimoramento de todos colaboradores.
- (4) **Comitê de tecnologia da informação**, compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Silvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude e ilícitos semelhantes.

Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de

trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de denúncias ou ao departamento de Recursos Humanos.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais e determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de lavagem de dinheiro, corrupção bem como prevenção a fraudes.

d. Controles internos

A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Gestão de Risco e *Compliance*, ligada à Diretoria de Tecnologia e Controles Internos. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do sistema de Auto Avaliação dos Controles Internos.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Gestão de Risco e *Compliance* da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de

informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A Empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. O plano contém também informações detalhadas de como proceder em caso de acontecimentos inesperados e que possam vir a provocar uma interrupção prolongada nas operações da Empresa e sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias.

e. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica e atuarial dos produtos é realizada pela própria Empresa, sendo o atuário técnico um prestador de serviço contratado. A Auditoria Atuarial é realizada por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, o parecer atuarial informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

f. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A Empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão.

g. Riscos operacionais

A Empresa constituiu e implementou um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional.

h. Risco de crédito

A Empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de

crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

i. Risco de mercado

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência do órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Atuação no mercado de derivativos constantes na posição, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5 - Aplicações Financeiras, são definidos pelos gestores dos fundos exclusivos de investimento, com o objetivo de buscar rentabilidade adicional ao CDI, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa, mantendo a melhor relação possível de retorno *versus* risco.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	2017				2016			
	Carteira	CDI	% CDI	VAR Diário(*)	Carteira	CDI	% CDI	VAR Diário(*)
janeiro	1,0643%	1,0846%	98,13%	0,0023%	1,0361%	1,0549%	98,22%	0,0005%
fevereiro	0,8535%	0,8638%	98,80%	0,0026%	0,9695%	1,0015%	96,81%	0,0009%
março	1,0351%	1,0504%	98,54%	0,0038%	1,1073%	1,1605%	95,42%	0,0018%
abril	0,7773%	0,7853%	98,98%	0,0045%	1,0254%	1,0545%	97,24%	0,0019%
maio	0,9114%	0,9256%	98,47%	0,0063%	1,0833%	1,1075%	97,82%	0,0019%
junho	0,8487%	0,8081%	105,03%	0,0066%	1,1415%	1,1605%	98,36%	0,0019%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis.

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis (du), medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco Janelas	2017				2016			
	Mensal (21 du)	Trimestral (63 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)	Mensal (21 du)	Trimestral (62 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)
VAR 95% de confiança	0,0049%	0,0064%	0,0066%	0,0073%	0,0005%	0,0012%	0,0019%	0,0016%
Stress histórico do período	0,0099%	0,0064%	0,0066%	0,0073%	0,0011%	0,0025%	0,0019%	0,0065%
VAR pela % mínima real	0,0057%	0,0219%	0,0219%	0,0219%	0,0016%	0,0033%	0,0049%	0,0049%
Fechamento pela VAR	95,14%	94,64%	94,54%	94,34%	95,34%	95,15%	95,03%	95,10%
Fechamento stress históric	94,54%	94,63%	94,54%	94,41%	95,26%	95,00%	95,03%	94,49%
Fechamento pela mínima	95,06%	92,85%	92,77%	92,73%	95,22%	94,92%	94,71%	94,69%
VAR em R\$	32.927	43.096	44.227	49.510	2.803	7.507	11.869	9.798
Máxima do período	118,71%	118,71%	118,71%	118,71%	98,65%	99,08%	103,65%	103,65%
Mediana	104,46%	98,85%	98,56%	98,56%	98,56%	98,54%	98,24%	98,39%
Média	104,73%	100,75%	99,60%	98,79%	98,37%	97,73%	97,35%	97,85%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 92,73% a 95,14% (94,49% a 95,34% em 30 de junho de 2016) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfolio*.

A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado.

A Empresa apurou o montante de R\$ 1.668 (R\$ 1.481 em 31 de dezembro de 2016) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, sendo que a alocação deste montante foi realizado 50% em 31 de dezembro de 2016 até 30 de dezembro de 2017 e 100% a partir de 31 de dezembro de 2017.

j. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

	2017				2016			
	Liquidez "Duration"	Vencimento "Duration"	% Critério	% Critério	Liquidez "Duration"	Vencimento "Duration"	% Critério	% Critério
Vencimentos	0 dias	614 dias	liquidez	vencimento	0 dias	902 dias	liquidez	vencimento
Sem vencimento	663.717	363.706	98,49%	53,98%	606.698	286.268	99,16%	46,79%
De 1 a 30 dias	10.190	10.190	1,51%	1,51%	5.125	5.125	0,84%	0,84%
De 181 a 365 dias	-	4.402	0,00%	0,65%	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	-	295.609	0,00%	43,86%	-	320.430	0,00%	52,37%
Total	673.907	673.907	100,00%	100,00%	611.823	611.823	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias (0,21 ponderado), com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 75 dias (72 dias em 30 de junho de 2016).

Liquidez da carteira	2017				2016			
	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento	663.717	354.770	98,49%	58,75%	606.698	322.756	99,16%	59,08%
De 1 a 30 dias	10.190	20.979	1,51%	3,47%	5.125	19.778	0,84%	3,62%
De 31 a 60 dias	-	20.816	0,00%	3,45%	-	19.139	0,00%	3,50%
De 61 a 90 dias	-	20.743	0,00%	3,43%	-	18.002	0,00%	3,30%
De 91 a 180 dias	-	70.539	0,00%	11,68%	-	66.564	0,00%	12,19%
De 181 a 365 dias	-	116.074	0,00%	19,22%	-	100.018	0,00%	18,31%
Total	673.907	603.921	100,00%	100,00%	611.823	546.257	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

Ativo financeiro	2017		2016	
	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público	663.717	AAA	631.440	AAA
Renda fixa privados	10.190	AA	11.324	AA-
Total	673.907		642.764	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		Total 2017	Total 2016
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	1.329	-	-	-	-	1.329	145
Aplicações	59.976	-	-	313.350	300.581	673.907	642.764
Créditos das operações de capitalização	3.680	1.323	-	27.911	-	32.914	33.794
Títulos e créditos a receber	-	-	-	3.265	-	3.265	7.834
Créditos tributários e previdenciários	10.300	-	-	3.899	53.949	68.148	80.454
Depósitos judiciais e fiscais	37.002	-	-	-	-	37.002	36.619
Outros créditos	-	-	15	1.718	-	1.733	317
Despesas antecipadas	-	-	-	2.880	-	2.880	3.218
Outros valores e bens	-	-	-	-	84.457	84.457	94.996
Total dos ativos financeiros	112.287	1.323	15	353.023	438.987	905.635	900.141
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	-	-	-	15.844	-	15.844	13.138
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	1.998	-	1.998	2.519
Encargos trabalhistas	-	-	-	3.035	-	3.035	2.376
Impostos e contribuições	-	-	-	2.268	-	2.268	202
Outras contas a pagar	-	-	6	194	-	200	251
Tributos diferidos	51	-	-	-	-	51	245
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	4.657	-	4.657	4.816
Depósitos de terceiros	4	-	-	-	-	4	11
Provisões técnicas	18.916	120.351	231.216	233.438	-	603.921	598.737
Provisões judiciais	32.214	-	-	-	-	32.214	34.581
Débitos diversos	-	-	-	11	-	11	59
Total dos passivos financeiros	51.185	120.351	231.222	261.445	-	664.203	656.935

k. Risco legal

O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa.

l. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Empresa apurou o montante de R\$ 1.668 (R\$ 1.481 em 31 de dezembro de 2016) de capital de risco de mercado, sendo que a alocação deste montante foi realizado 50% a partir 31 de dezembro de 2016 até 30 de dezembro de 2017 e 100% a partir de 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na Nota explicativa nº 23-i.

	2017	2016
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido	322.003	323.943
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.033)	(3.033)
Despesas antecipadas	(2.880)	(3.218)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(57.848)	(60.540)
Ativos intangíveis	(922)	(986)
Créditos oriundos da alienação de ativos	(84.457)	(94.996)
Patrimônio líquido ajustado	172.863	161.170
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	272	232
Patrimônio líquido ajustado - total	173.135	161.402
I - Capital base	10.800	10.800
II - Capital de risco	13.690	15.292
Capital de risco de crédito	6.369	8.587
Capital de risco de subscrição	5.467	4.826
Capital de risco operacional	3.159	3.293
Capital de risco de mercado (*)	834	740
Efeito em função da correlação entre os capitais de risco	(2.139)	(2.154)
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	13.690	15.292
Suficiência de capital	159.445	146.110
Índice de liquidez em relação ao CR		
Índice de liquidez requerido	20%	20%
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5)	2.738	3.058
	419%	264%
	57.362	40.416

(*) Alocação de 50% do montante do risco total.

24 Normas emitidas e ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

25 Outros assuntos

Em 31 de maio de 2017 foi publicada a Medida Provisória nº 783, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A Administração da Empresa está analisando os impactos financeiros e econômicos caso venha a aderir ao programa.

* * *

Diretoria

Henrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima
Eduardo Kives Ostronoff

Agnaldo de Leonardo
CRC SP-136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA